

1 **ATA DA 15ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DA GESTÃO 2023-2025 DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE**
3 **NEGRA E DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL—CMPDCNDR**

4 Ocirrida no dia 12 de maio de 2025, a reunião ocorreu na sede da Estação
5 Cidadania, localizada na Avenida Ana Costa, nº 340, bairro Campo Grande,
6 município de Santos. Não havendo quórum na primeira chamada, realizada às
7 18h30, procedeu-se à segunda chamada às 19h, iniciando-se a assembleia. A
8 presidente Mary solicitou atenção à pauta extensa, mas pediu aos presentes que
9 participassem do ato promovido pelo Movimento Mães de Maio, em memória das
10 vítimas da violência de Estado, intitulado “19 Anos sem Resposta”, destacando
11 a importância da solidariedade. A conselheira Eliza Riesco sugeriu que os
12 conselheiros fossem de mãos dadas, reforçando que não deveríamos nos omitir
13 diante de tal gesto simbólico. **No item 1 da pauta – Leitura, discussão e**
14 **aprovação das atas das AGO’s realizadas em 17/03 e 14/04** – a presidente
15 Mary Careno perguntou aos conselheiros e conselheiras sobre a leitura e
16 aprovação. O conselheiro Silas informou que não recebeu a ata e que se absteria
17 da votação. Os demais conselheiros aprovaram as atas. **No item 2 da pauta –**
18 **apresentação do expediente, comunicações e deliberações sobre a ordem**
19 **do dia** – a presidente Mary informou sobre a utilização de emendas
20 parlamentares para custeio da alimentação da conferência e do evento de
21 entrega da Medalha Quintino de Lacerda. Relatou que solicitou apoio ao Fundo
22 Social de Solidariedade, mas obteve resposta negativa. O conselheiro
23 Wellington explicou que, para a Pré-conferência, não havia previsão de
24 alimentação por se tratar de um evento de apenas um período. No entanto, para
25 a V Conferência, a alimentação estaria garantida. O conselheiro Silas manifestou
26 insatisfação com a ausência de alimentação e questionou a qualidade do café
27 servido, solicitando que seu repúdio fosse registrado em ata. A conselheira
28 Iracema respondeu que ela própria levou o café gentilmente ao evento e não
29 aceitou as palavras indelicadas do conselheiro. Dando continuidade, a
30 presidente Mary informou que a Diretoria Executiva recebeu e-mail de um pai de
31 aluno de escola particular relatando um suposto caso de racismo. A conselheira
32 Iracema, como suplente do Conselho Tutelar, alertou sobre a cautela ao tratar
33 publicamente de assuntos envolvendo crianças e adolescentes. A presidente
34 questionou o conselheiro Wellington sobre providências, e este reforçou a
35 importância da proteção integral prevista no ECA. Acrescentou que o pai da
36 criança também enviou e-mail à SEDUC, que está tomando as devidas
37 providências, incluindo visita à escola. O conselheiro Ivo afirmou estar
38 acompanhando o caso junto à SEDUC e que, após visita à escola, trará um
39 relatório ao Conselho. A presidente Mary reforçou a necessidade de criar um
40 fluxo de acompanhamento para denúncias de racismo, ressaltando que, pela
41 terceira vez em sua gestão, recebeu denúncia e não sabia como proceder. O
42 conselheiro Ivo relembrou o caso do segurança do shopping, em que a vítima
43 recusou-se a denunciar, e outro caso envolvendo um jogador da Portuguesa
44 Santista, no qual houve encaminhamento formal da denúncia e a produção de

45 um vídeo institucional. A presidente Mary destacou a importância de um
46 protocolo claro sobre como proceder diante de denúncias. O conselheiro
47 Wellington sugeriu que, no momento destinado aos relatos das comissões, a
48 Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública se manifeste sobre o tema.
49 A conselheira Aurélia ressaltou a necessidade de discutir esse protocolo, citando
50 que o MEC possui diretrizes para fluxos de atendimento e que não se deve
51 ocultar casos de racismo, especialmente no ambiente educacional. O
52 conselheiro Wellington observou que já coordenou fluxos de atendimento no
53 Conselho Tutelar, exigindo tempo e trabalho técnico qualificado. **No item 3 –**
54 **Relatos da COPIRE** – o conselheiro Ivo apresentou Rodrigo Garcia,
55 coordenador da Coordenadoria de Assistência Judiciária Gratuita e Orientação
56 Jurídica ao Cidadão (CADOJ), que explanou sobre os serviços oferecidos, com
57 ênfase no apoio jurídico em casos de racismo. Informou que o atendimento é
58 voltado a moradores de Santos com renda familiar de até três salários mínimos.
59 Documentos necessários: RG, CPF, comprovante de residência, de renda e
60 documentos relacionados ao caso. O atendimento ocorre na Rua General
61 Câmara, nº 5 – 14º andar. A conselheira Imar destacou a necessidade de
62 atendimento jurídico específico para o povo cigano itinerante. O conselheiro
63 João orientou que esses casos devem ser encaminhados ao CRAS ou às
64 Unidades Básicas de Saúde. **No item 4 – Momento das Comissões** – o
65 conselheiro Renato, coordenador da Comissão de Planejamento, Monitoramento
66 e Avaliação, solicitou que as demais comissões analisem o documento enviado
67 para melhor organização. A conselheira Eliza Riesco, da Comissão de Educação
68 e Comunicação, informou que o calendário de reuniões será retomado e propôs
69 um encontro entre as comissões para alinhar pautas. O conselheiro André, da
70 Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Habitação, informou que estão
71 participando das oficinas do Plano Municipal de Saúde e que, no próximo
72 orçamento, a Secretaria Municipal de Saúde financiará ações do Comitê de
73 Saúde da População Negra. O conselheiro Sillas reforçou que a discussão sobre
74 saúde da população negra é obrigatória, sendo uma deliberação da última
75 conferência. André também informou sobre o Fórum PET Saúde Equidade da
76 População Negra, que ocorrerá em 25 de julho, em parceria com a Unifesp. A
77 conselheira Aurélia convidou os membros para agenda com o Ministro da Saúde,
78 Humberto Tomé, no dia 15 de maio, pela manhã. A conselheira Natália Abelha,
79 da Comissão de Cultura e Liberdade Religiosa, solicitou a alteração da data de
80 entrega da Medalha Quintino de Lacerda, aprovada para 16 de junho (segunda-
81 feira). O conselheiro Renato, da Comissão de Direitos Humanos e Segurança
82 Pública, comentou que a comissão ainda não tem coordenação formal e funciona
83 por força coletiva. Reforçou que aguarda a reunião para discutir o fluxo de
84 denúncias de racismo. O conselheiro Ivo informou sobre a Lei nº 14.187, que
85 trata de penalidades administrativas por atos de discriminação racial, e que a
86 Secretaria Estadual de Justiça está finalizando um novo convênio. Disse também
87 que atualmente há 100 táxis adesivados pela ACAT Rádio Táxi, 72 viaturas do
88 DEINTER adesivadas em 4 municípios da Baixada Santista, e todas as unidades

89 da rede municipal de ensino pela SEDUC. Há tratativas com o PROCON para
90 adesivar supermercados. O conselheiro Ivo distribuiu exemplares de jornal
91 impresso pela OAB em 2010 com o título “Sofri Preconceito e Discriminação, o
92 que fazer?”, que será reformulado. Ele também pontuou que pessoas com maior
93 poder aquisitivo, embora sofram racismo, geralmente não procuram o Conselho,
94 dificultando a obtenção de dados e o acompanhamento desses casos. O
95 conselheiro Renato afirmou que o papel do Conselho é formular políticas
96 públicas e, para isso, são necessários dados das delegacias, Ministério Público,
97 fórum e PROCON. Ressaltou que o foco são as pessoas em situação de
98 vulnerabilidade, e não a atuação jurídica direta. O conselheiro Taciano sugeriu
99 aproximação com os sindicatos. O conselheiro Ivo relatou conversas com
100 deputado federal para futura instalação de uma Delegacia de Crimes Raciais em
101 Santos. O conselheiro Wellington elogiou o trabalho e dedicação dos
102 conselheiros. A conselheira Aurélia, por sua vez, afirmou que o termo
103 “voluntariado” é inadequado nesse contexto, pois o conselho representa um
104 exercício democrático de justiça social e histórica, sendo um espaço de
105 formulação de políticas públicas, no qual há custos pessoais para participação.
106 O conselheiro João destacou a importância da produção de uma cartilha
107 antirracista. O conselheiro Silas manifestou o desejo de que o Conselho se torne
108 mais independente, citando o Conselho Municipal de Saúde como exemplo. Um
109 munícipe presente questionou a inexistência de um fundo municipal, ao que o
110 conselheiro Wellington respondeu que o fundo está instituído, mas necessita de
111 reformulação legal e campanha de arrecadação. **No item 5 – Informes sobre a**
112 **V Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial** – a presidente
113 Mary pediu esforço dos membros para mobilização e envio de convites. O
114 conselheiro Wellington destacou a importância da leitura do regimento interno,
115 da discussão e aprovação de propostas e da eleição de delegados. A conselheira
116 Denise sugeriu contato com restaurantes próximos para descontos, devido à
117 limitação alimentar da refeição contratada. O conselheiro Silas se prontificou a
118 fazer esse contato. A conselheira Eliza Montrezol pediu que, no grupo de
119 WhatsApp, o foco das mensagens seja a conferência. Nos Assuntos Gerais, o
120 conselheiro Pastor Gildo lembrou a luta pela Delegacia da Infância e
121 Juventude, relatou participação no COPANE e na articulação . **No item 6 –**
122 **Assuntos Gerais** - O conselheiro Pastor Gildo iniciou sua fala lembrando a
123 luta dos conselheiros tutelares e dos agentes de garantia dos direitos das
124 crianças e adolescentes pela implantação de uma delegacia especializada da
125 infância e juventude. Informou que participou de reunião do COPANE (Conselho
126 Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Nordestina de São
127 Paulo) e que está engajado na luta pela criação de um fundo estadual.
128 Comunicou ainda que, no dia 2 de agosto, data em que se celebra o Dia da
129 Cultura Nordestina, será realizada a entrega de medalhas a pessoas físicas e
130 jurídicas. Em Santos, também está atuando em prol da criação de um Conselho
131 Municipal da Comunidade Nordestina. O conselheiro Silas solicitou o
132 engajamento dos conselheiros na audiência pública sobre o orçamento para

133 2026, alertando para a previsão de redução dos recursos destinados à saúde,
134 especialmente no que se refere ao risco de falta de medicamentos. O conselheiro
135 Renato informou sobre o evento “Porto Diverso”, que ocorrerá nos dias 21, 22 e
136 23 de maio, cujo tema central será o ODS 18 – “Igualdade Étnico-Racial”. Trata-
137 se de um objetivo voluntário assumido pelo Brasil, com foco no combate à
138 discriminação étnico-racial e na promoção da igualdade, especialmente para os
139 povos indígenas e a população negra. O evento contará com a participação da
140 escritora e ativista Djamila Ribeiro. Por fim, o conselheiro João relatou as
141 dificuldades enfrentadas pela Comissão de Heteroidentificação, como o descaso
142 institucional, a falta de informações sobre o concurso da Prodesan e problemas
143 com equipamentos de informática. Informou que foi elaborado um ofício que será
144 encaminhado à Secretaria de Finanças (SEFIN). A Sra. Presidente agradeceu a
145 participação e presença de todos e declarou encerrada a assembleia. Nada mais
146 havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será
147 assinada pela Sra. Presidente Mary Francisca do Careno e pelo Primeiro
148 Secretário, Sr. Wellington Paulo da Silva Araújo.

149 Mary Francisca do Careno
150 PRESIDENTE DO CMPDCNPIR

Wellington Paulo da Silva Araújo
1º SECRETÁRIO DO CMPDCNPIR